



GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR

PROJETO DE LEI n. 476/2022

AUTORIA: DRA MAYARA PINHEIRO

RELATOR: DEPUTADO CARLINHOS BESSA

Altera a Lei n, 3.072, de 19 de julho de 2006, que “Estabelece períodos para a realização de concursos ou processos seletivos destinados a provimento de cargo e de exames vestibulares no âmbito do Estado do Amazonas” e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da Dra Mayara Pinheiro, cujo objetivo é determinar o período mínimo de dias para a divulgação dos locais de Concursos Públicos realizados no âmbito do estado do Amazonas.

A justificativa do referido projeto encontra-se anexa.

O presente projeto não recebeu emendas.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no art. 27, inc. I, alínea “a” c /c art. 127, §1º, inc. III do Regimento Interno.

Passo a emitir parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares desta Comissão e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Com base no que dispõe o art. 33, *caput*, da Constituição Estadual e art. 87, I do Regimento Interno, a eminente deputada Dra Mayara Pinheiro submete para apreciação desta Casa Legislativa a presente propositura justificando a iniciativa, em





GABINETE DEPUTADO CARLINHOS BESSA (PV)

breve síntese, determinando o período mínimo de dias para a divulgação dos locais de Concursos Públicos realizados no âmbito do estado do Amazonas.

Procedendo, então, a devida análise da constitucionalidade e da juridicidade, a presente proposição se encontra devidamente ancorada na competência legislativa atribuída aos parlamentares nos ditames da Constituição Federal e da Constituição Amazonense.

No que tange à constitucionalidade e juridicidade, verifica-se que o tema tratado no Projeto de Lei em análise, situa-se no âmbito da competência legislativa concorrente, estabelecida à União, aos Estados e ao Distrito Federal, uma vez que se trata de norma de direito administrativo, conforme art. 24, I, da Constituição Federal, reproduzida integralmente no art. 18, I da Constituição amazonense.

Diante deste cenário, a presente proposição encontra-se alinhada aos preceitos constitucionais, haja vista que seu objetivo é justamente oferecer informação dos locais de Concursos Públicos com o período mínimo de dias.

Sendo assim, a presente proposição encontra-se totalmente ancorada na competência legislativa constitucional.

Desta feita, como o Projeto de Lei em destaque está de acordo com as normas constitucionais, cumpre esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação reconhecer pela constitucionalidade do projeto de lei.

III – VOTO

Diante do exposto, considerando que a presente proposição não atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORAVEL** ao Projeto de Lei n. 476/2022.

É o parecer.

S.R. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 24 de março de 2023.

DEPUTADO CARLINHOS BESSA

Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - DEPUTADO(A) - EM 24/03/2023 13:16:23

